

30 anos de história da *nihongogakko* da escola pública de Registro e a luta de uma comunidade *nikkei*: um estudo contextual dos primórdios da implementação do ensino de língua japonesa nas escolas públicas estaduais paulistas

30 years of history of the nihongogakko in a public school of Registro city and the struggle of a nikkei community: a contextual study of the beginnings of the implementation of japanese language teaching in sao paulo state public schools

Otávio de Oliveira Silva*
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Este artigo sintetiza a fase inicial de implantação da disciplina Língua Japonesa enquanto Língua Estrangeira Moderna (LEM) oferecida a estudantes da rede pública estadual paulista através dos Centros de Estudos de Línguas (CEL), projeto de pasta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SE-SP), em funcionamento desde 1987, e que em 2019 celebra 30 anos da inauguração das instalações da primeira escola CEL a ofertar japonês aos alunos da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Ensino de Línguas. Língua Japonesa.

Abstract: This paper summarizes the initial phase of the implementation of the Japanese Language as a Modern Foreign Language (LEM) course offered to students of the São Paulo state public school through the Language Studies Centers (CEL), managed by the São Paulo State Department of Education. (SE-SP), which has been in operation since 1987, and in 2019 celebrates 30 years of the inauguration of the first CEL school to offer Japanese to public school students.

Keywords: Linguistic Historiography. Language teaching. Japanese language.

1 INTRODUÇÃO

Silva (2017) afirma que a partir da criação do MERCOSUL, com o intuito de estreitar os laços entre os países da América Latina, é possível observar como uma das primeiras medidas de Políticas Linguísticas articulada pelo Estado por meio do recém-eleito governador Orestes Quéricia, com o Decreto N° 27.270, de 10 de agosto 1987, a criação do projeto Centro de Estudos de Línguas (CEL) em 10 de agosto 1987 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SE-SP) que visava ofertar aos alunos da rede estadual o ensino de língua espanhola. Consequentemente, as comunidades escolares

* Mestrado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: gambareotavio03@gmail.com.

passam a questionar o governo quanto à viabilização de implantação de outras línguas nestes Centros a partir do início de 1988. Em junho deste mesmo ano, uma pesquisa realizada pela extinta Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP)¹ nas escolas da Rede Estadual permitiu que oficialmente se confirmasse o enorme interesse dos alunos pelo estudo de várias línguas estrangeiras além da língua espanhola, resultando no redimensionamento da instalação dos CEL. A Resolução SE nº 193, de 18 de agosto de 1988, dá uma nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Resolução SE nº 271/87, passando a considerar o ensino da língua espanhola como preferencial e não exclusivo nos CEL, permitindo assim, estender aos alunos a oferta dos outros idiomas de interesse da comunidade, com isso os CELs perdem a exclusividade do ensino de língua espanhola. Passaram a fazer parte do programa de ensino de línguas estrangeiras modernas a partir do primeiro semestre de 1989: francês, alemão, italiano e japonês, todos com caráter optativo. Atualmente os CEL também oferecem os cursos de inglês e mandarim (2010).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEDIDA DE POLÍTICA LINGUÍSTICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

De acordo com Macarini (2009) o Brasil atravessava uma crise de inflação no ano de 1986. Dada esta circunstância instituiu-se, em fevereiro, o Plano Cruzado pelo então Presidente da República José Sarney, que por meio de um pacote de medidas econômicas adotou o congelamento de preços e salários, o fim da correção monetária nacional substituindo o cruzeiro. Em julho, Sarney e Raul Alfonsín, presidente da Argentina, firmam os acordos econômicos de integração mútua, base da criação do Mercosul, em Buenos Aires (SARNEY, 2006; MACARINI, 2009). Em novembro, ocorreram as eleições gerais para governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Destas eleições, o candidato eleito ao Governo do Estado de São Paulo foi Orestes Quércia que pretendia estreitar os laços do Brasil com os demais países da América Latina com a inserção do idioma espanhol na grade de disciplinas da rede estadual de ensino. A concretização desta integração política e cultural entre os países latino-americanos e o Brasil, se daria pela aprendizagem do espanhol, de acordo com as palavras de Quércia, deste modo a ideia inicial de uma petição dos estudiosos da área visava incluir este ensino em todas as escolas públicas da Rede Estadual, porém devido a problemas de viabilização, o governo optou pela criação dos Centros como forma mais rápida de implantação o que tornaria possível a abertura de algumas unidades naquele mesmo ano (SANTOS, 2011; GODOY, 2013). Assim, tem-se o que viria a ser o ponto primordial da abertura do curso de língua japonesa: a Secretaria da Educação, dando cumprimento à decisão política do Governo de integração latino-americana, constituiu uma Comissão, cujos membros pertenciam à Universidade de São Paulo (USP) e à Universidade Estadual Paulista (UNESP), para a implantação das disciplinas de *Língua Espanhola* e de *História da América Latina* no quadro curricular das

¹ O departamento Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) foi extinto e hoje em seu lugar responde pelo CEL a Coordenadoria de Gestão de Educação Básica (CGEB).

escolas estaduais. A criação dos CELs surgiu como a medida mais viável para introdução da língua, uma vez que a inclusão de LEM no currículo escolar, era assegurada pelos dispositivos legais vigentes da época, porém, este ensino concentrava-se no de língua inglesa. Então, por meio do Decreto nº 27.270, em 10 de agosto de 1987, foram criados os Centros de Estudos de Línguas (SILVA, 2017).

3 DIFUSÃO E ABERTURA DAS PRIMEIRAS UNIDADES

Para cumprir as determinações do Decreto, foram viabilizadas as seguintes ações: elaboração de um anteprojeto de organização dos Centros; uma minuta para um possível Regimento e um esboço de proposta curricular; coleta de dados sobre escolas da Rede interessadas em abrigar o Centro, desde que dispusessem de espaço físico e facilidade de acesso; abertura do cadastramento de professores habilitados em Língua Espanhola. A Comissão, forneceu um levantamento do número de graduados em Língua e Literatura Espanholas nos últimos anos, e a Associação de Professores de Espanhol apresentou uma relação de seus associados a fim de verificar se o número de professores seria suficiente para atender toda a demanda oriunda das escolas da Rede. O resultado da pesquisa identificou cerca de 9.000 salas de aulas ociosas em todo o estado de São Paulo, um alto número de escolas dispostas a vincular uma unidade a suas instalações, 114.078 alunos interessados em aprender o idioma e 400 profissionais dispostos a lecionar nos Centros, deste total 282 possuíam habilitação que possibilitasse suas contratações junto às escolas (SÃO PAULO, 1989, apud SANTOS, 2011).

De acordo a Resolução SE- 271 de 20 de novembro de 1987 as escolas deveriam apresentar um plano de curso o que exigiria da direção escolar competência estratégica além de localizar estes professores, e também a participação da comunidade caracterizada como “demanda que justifique a instalação” de acordo com o § 2º do Artigo 4º (SÃO PAULO, 1987) além de:

2 - espaço físico que garanta a continuidade do (s) curso (s);

3 - localização de fácil acesso, e;

4 - horário de funcionamento que assegure o atendimento, também, ao aluno que trabalha.

Embora algumas unidades tenham iniciado suas atividades em 1987, a difusão dessas ocorreu gradativamente nas escolas da rede estadual efetivamente a partir do ano de 1988. No princípio da elaboração do projeto o desejo da SE-SP era implantar uma unidade do Centro em cada Delegacia de Ensino ², afim de atender os estudantes regularmente matriculados nos antigos 1º e 2º graus ³. Ao fim daquele ano a SE-SP

² Hoje Diretoria de Ensino

³ Em 20 de dezembro de 1996 é publicada a nova LDB – Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) substituindo o ensino de primeiro e segundo grau pelo ensino fundamental e médio orientados por um núcleo nacional comum, sendo esta nomenclatura utilizada até hoje.

contabilizava a abertura de 10 unidades instaladas e vinculadas a alguma escola da rede estadual estrategicamente localizadas em regiões da capital “economicamente abastadas” e populosas, este modo percebe-se que se levou em conta a difusão em “regiões densamente ocupadas nas quais a carência econômica pudesse impossibilitar a aprendizagem de línguas estrangeiras” (SANTOS, 2011, p.84).

Na grande São Paulo observamos a implantação de 4 Centros distribuídos nas cidades de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Mogi das Cruzes. Santos (2011) supõe que a implantação das unidades no ABC paulista se deva por causa da alta industrialização da região; Mogi das Cruzes, por exercer grande influência desde a década de 1960 na área educacional sempre despertando o interesse de estudantes de níveis técnico, profissionalizante e superior.

Sendo 10 unidades na capital de São Paulo, 4 nas regiões de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Mogi das Cruzes, a distribuição dos CELs no primeiro ano de funcionamento contempla mais 8 unidades no interior, que somadas totalizam 22 escolas. No interior as 8 unidades estavam sob jurisdição das Delegacias de Ensino de Assis, Avaré, Adamantina, Campinas, Nhandeara, Nova Granada, José Bonifácio e por fim, a cidade de Registro (SILVA, 2017).

4 O PIONEIRISMO DOS NIPO-BRASILEIROS DA COLÔNIA DE REGISTRO

Em agosto de 1988 a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Doutor Fábio Barreto⁴, localizada em Registro, no Vale do Ribeira, obtém autorização para a abertura do curso de espanhol⁵ e esta mesma instituição no ano seguinte seria a precursora de um movimento que incluiria uma língua de imigrantes em seu quadro de disciplinas optativas. Segundo Moriwaki (2008) houve um pano de fundo social, geográfico e histórico da colônia *nikkei* de Registro para que tais pensamentos se tornassem realidade através da implantação do idioma japonês em uma escola pública estadual, ou seja uma situação que possibilitou visualizar um direcionamento para o futuro, o que acarretou numa total mudança no ponto de vista do ensino de língua japonesa, motivado pela força, união e colaboração dos japoneses da região dadas as circunstâncias da colonização do município,

⁴O Ginásio Estadual de Registro foi criado pela Lei Estadual nº 613, de 2 de janeiro de 1950, assinada pelo governador Ademar de Barros. Essa lei autorizou a criação de ginásios em cidades que tiveram, em 1948, mais de 120 estudantes concluído o curso primário. Em 27 de maio de 1954, pelo Decreto nº 23.375-D, o governador Lucas Nogueira Garcez denomina “Fábio de Sá Barreto” a Escola Normal e Ginásio Estadual de Registro. Atualmente chama-se “E.E. Dr. Fábio Barreto”.

⁵ Segundo o Livro de Ata termo de abertura do CEL – Fábio Barreto de 1988 “em agosto de 1988 a professora Vilma Inguelborg Lucas convidada para a docência de língua espanhola e a professora Kayo Osawa para ocupar a função de professora coordenadora do CEL recebem O.T. na C.E.N.P. e finalmente em 20/08/1988 começa a funcionar o 1º estágio de língua espanhola com 8 turmas iniciais numa sala provisória da E.E.P.S.G. “Dr. Fábio Barreto”, gentilmente cedida pela diretora D^a Neusa B. Nogueira”.

cuja história e fundação fundem-se com a própria história da imigração japonesa no Brasil (SILVA, 2017).

As fontes documentais consultadas apontam que antes da publicação do Decreto nº 27.270 de 10/08/1987, que tornava obrigatória a inclusão da língua espanhola na rede estadual, a comunidade escolar, composta em sua maioria por japoneses e seus descendentes, no início do ano letivo de 1987, já indicava seu desejo de inclusão de uma língua estrangeira levando em consideração as características migratórias da região conforme evidencia a ata de uma das reuniões da Associação de Pais e Mestres (APM) da EEPSG Dr. Fábio Barreto:

No início de 1987 após as eleições da APM, o então eleito Diretor Executivo Dr. Issao Ishimura mostrou desde a 1ª reunião uma grande preocupação com o aspecto pedagógico da escola e já na ocasião lançou a ideia de se colocar a língua japonesa no currículo escolar. Precisava, porém, de uma retaguarda e não foi difícil encontrar no sr. Hiroshi Sumida, presidente do R.B.B.C o tão esperado apoio. As providências foram tomadas logo após a publicação do Decreto nº 27.270 10/08/87 em que o governador Orestes Quercia cria no âmbito da Rede Estadual de ensino os Centros de Estudos de Línguas (REGISTRO, 1988).

Contudo a inexistência de um respaldo legal para que fosse possível a concretização do desejo da colônia foi o principal empecilho para que a escola pudesse ofertar a língua japonesa antes da publicação do Decreto. No entanto, a comunidade nipônica enxergou na imposição legal da inclusão do espanhol uma oportunidade para que seu desejo fosse atendido pelo secretário da educação Chopin Tavares de Lima. Realizou-se uma reunião com os membros do RBBC, comunidade escolar e o delegado de ensino de Registro. Uma vez demonstrando que cumpriam com todos os requisitos da Resolução SE- 271 de 20 de novembro de 1987 a equipe gestora da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Fábio Barreto e membros da comunidade *nikkei* de Registro, do Vale do Ribeira, instituíram uma comissão para a implantação do ensino de língua japonesa no que viria a ser uma *nihongogakeko* (escola de língua japonesa, originalmente exclusiva nos núcleos de imigrantes) construída pelos próprios membros da colônia japonesa, e nos mesmos moldes do curso de espanhol implantado no segundo semestre de 1988.

5 A FORMAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA LÍNGUA JAPONESA

De acordo com os documentos e atas da EE Fábio Barreto, Hiroshi Sumida, membro e presidente da colônia japonesa de Registro, liderou uma comissão que levou até o delegado de ensino o desejo de implantação do idioma nas mesmas condições da língua espanhola. Com o primeiro passo dado rumo à aprovação junto à SE-SP os membros da comissão fizeram um ofício e na companhia do delegado de ensino os membros se dirigiram à SE-SP e pessoalmente entregaram o projeto. De acordo com os

registros da Unidade Escolar doze membros compuseram-na: Hiroshi Ide, Katsumi Omuro, Issao Takiute, Kayo Osawa, Issao Ishimura, Hideo Nasuno, Kunihiko Takahashi, Tumelet Fukumati, Carlos Watanabe, José Braga, Hiroshi Sumida e Neusa Brandão Nogueira.

6 A ABERTURA DO CURSO DE JAPONÊS NO CEL DE REGISTRO

Segundo os documentos do *Livro de Ata Termo de Abertura* de 1988, o curso de japonês foi inaugurado em 11 de fevereiro de 1989. Juntamente com a implantação do idioma as novas instalações construídas com recursos da comunidade japonesa eram enfim abertas para que além das aulas de japonês o curso de espanhol, iniciado no segundo semestre do ano anterior, pudesse ter continuidade.

De acordo com matéria publicada no jornal *A Tribuna do Ribeira* em 15 de fevereiro de 1989, que cobriu o evento com grande destaque a presença de autoridades locais, a cidade tornava-se pioneira no ensino gratuito de línguas na Região, e a primeira a oferecer a língua japonesa para alunos da Rede pública oficial do Estado de São Paulo. O Centro contava com três salas sendo uma para a coordenação onde também ficavam os equipamentos especiais, aparelhos de som e máquinas, outra para as aulas de espanhol que no ano anterior foram ministradas provisoriamente em uma sala de aula da escola, e a terceira para as aulas de japonês. Na ocasião foram compostas 18 turmas, nove para cada idioma com no máximo, 20 alunos, no que tange ao curso de japonês mais de 120 alunos efetuaram suas matrículas. Cada um dos seis estágios tinha duração de um semestre letivo totalizando três anos de estudo de língua estrangeira de forma optativa. Como critério para seleção e prioridade com relação às vagas havia preferência para os que cursavam o primeiro grau (atualmente ensino fundamental) a fim de evitar a evasão dos estudantes de segundo grau (atual ensino médio) que tendiam a prosseguir com os estudos fora de Registro. Com aulas semanais de 100 minutos cada duas vezes por semana os cursos tinham suas turmas distribuídas nos períodos matutino, vespertino e noturno a fim de oferecer o maior número de opções de horários aos estudantes que deveriam cursar as disciplinas em horários não compatíveis com o período de aulas da escola regular, tendo caráter de atividade extraclasse.

Conforme a publicação uma lista com os nomes dos colaboradores na construção das instalações foi distribuída durante a solenidade. Hiroshi Sumida, representante da comissão, destacou a importância do aprendizado de idiomas, em especial de que forma o estudo beneficiaria os descendentes de japoneses na região e outros não descendentes, e ofereceu um cartão de prata aos maiores colaboradores do Centro: Miguel Dias Carvalho, da Companhia Brasileira de Alumínio, que doou cimentos, ferro e pedra britada; à diretora Neusa Brandão, à ex-prefeita Elza Orsini de Carvalho e Satoro Sasaki, responsável ajardinamento da obra escolar; a cerimônia encerrou-se com um coquetel e a doação feita por Sumida de uma revista sobre a vida e morte de Hiroito, ex-imperador do Japão.

Transcorrido aproximadamente um mês do início das aulas, o feito dos japoneses de Registro ecoava em outras comunidades com concentração nipônica, onde circulavam periódicos em língua japonesa. O interesse midiático dos meios de comunicação em massa nipo-brasileiros confirmou-se em 10 de março de 1989, quando o Centro recebe uma visita da equipe jornalística do *São Paulo Shimbun*⁶. A reportagem, publicada em 15 de março de 1989, destacava Registro como importante produtora de chá, seus aspectos dentro da imigração japonesa devido à alta concentração de japoneses e descendentes e o papel de Hiroshi Sumida, então presidente do Registro Baseball Clube (R.B.B.C) como responsável pelo movimento de inclusão da língua japonesa que naquele momento beneficiava 160 alunos da rede pública estadual de ensino. A equipe passou um dia acompanhando as aulas ministradas pela professora responsável pela docência do idioma e acompanhados pela então diretora da escola e Tumelet Fukumati, Hiroshi Ide e Hiroshi Sumida enquanto membros da comissão do CEL.

O destaque à inauguração de um curso de língua japonesa oferecido em uma escola pública da cidade prossegue no mês de maio de 1989 com dois importantes acontecimentos que mobilizaram toda a comunidade escolar, membros da colônia japonesa, políticos da região e o jornal local. O primeiro destes foi noticiado em 20 de maio, cuja nota publicada anunciava a doação de bandeiras japonesas ao município. O prefeito Waldir Moraes recebeu das mãos do presidente da Colônia Japonesa, Hiroshi Sumida as bandeiras do Japão e da cidade *Nakatsugawa*⁷, enviadas pelo prefeito da cidade irmã, Fusaquishi Kobayashi, como presente ao município e ao Centro de Línguas da EEPSG Dr. Fábio Barreto. As bandeiras foram trazidas pelo diretor de desenvolvimento rural da prefeitura de Registro Rubens Shimizu, que visitara o Japão. Participaram da cerimônia de entrega das bandeiras, realizada na prefeitura, além do prefeito e Sumida, Rubens Shimizu, Manoel Chioka, presidente da câmara municipal, os vereadores Tumelet Fukumati e Amaury Prado do Val e, Harumi Takahashi, Yoshio Nakamura, Saburo Tarashima e Hiroshi Ide como representantes da colônia japonesa.

O segundo - e maior em termos de dimensões e repercussão - acontecimento foi noticiado pelo jornal *A Tribuna do Ribeira* em 24 de maio: o cônsul geral do Japão, Shunji Maruyama, e sua comitiva visitariam a região entre os dias 30 e 31 daquele mês. A recepção ficou a cargo do RBBC cuja responsabilidade em receber um representante do governo japonês foi motivo de orgulho para a toda a colônia, com data de recepção marcada para o dia 30 às 19 horas. A comitiva foi apresentada aos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura e em seguida dirigiu-se ao Centro de Línguas da EEPSG Dr. Fábio Barreto. A estadia do cônsul encerrou-se com um coquetel em um restaurante da cidade, e a

⁶O Jornal *São Paulo Shimbun* foi fundado em 8 de outubro de 1946 e é um veículo de comunicação dirigido à comunidade nipo-brasileira. O empresário Mituto Mizumoto observou a necessidade de que os imigrantes japoneses tivessem seu próprio jornal onde seriam publicados fatos sobre o Brasil e o Japão em língua japonesa. O jornal recebeu autorização iniciar suas publicações impressas em 6 de setembro de 1946; em 12 de outubro do mesmo ano a primeira edição foi publicada.

⁷Localizada na província de *Gifu* a cidade de *Nakatsugawa* mantém um convênio com o município de Registro em que são cidades-irmãs. Como benefício deste, obras e reformas com fundos financeiros oriundos do convênio foram feitas com o intuito de se comemorar o Centenário da Imigração Japão-Brasil.

movimentação de sua passagem pela região despertaria a curiosidade e interesse de outras escolas em saber como o CEL de Registro funcionava.

Transcorrido pouco tempo da comoção gerada pela presença do consul japonês na cidade, de acordo com registros do Livro de Ata Termo de Abertura (1988) os diretores das demais UE do Vale do Ribeira reuniram-se em 19 de junho na sede da EEPSP Dr. Fábio Barreto com o propósito de tomarem ciência dos resultados obtidos pela implantação do CEL, uma vez que os 250 estudantes matriculados nos cursos de espanhol e japonês eram oriundos de outras UE que não somente da UE vinculadora do Centro. Ainda de acordo com o documento da instituição os convidados prestigiarão apresentações musicais discentes do curso de língua espanhola e trabalhos produzidos e expostos pelos alunos na sala de aula destinada ao curso de japonês, além de conhecerem a estrutura física da unidade. No segundo semestre do ano inaugural o CEL de Registro efetua a contratação de mais uma docente para a ministração das aulas de língua japonesa, a professora E.M.M.⁸, evidenciando a abertura de novas turmas e a continuidade das compostas no semestre anterior; a SE-SP autoriza a abertura de mais um curso de língua japonesa no CEL junto a EEPG Dr. Tertuliano de Arêa Leão na cidade de Santo Anastácio - município que faz divisa com as cidade de Piqueroibi, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes e Ribeirão dos Índios - desencadeando a abertura de outras unidades em distintas regiões do Estado que compuseram até primeira metade da década de noventa a primeira fase do ensino de língua japonesa CELs da SE-SP (SILVA, 2017).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário, ao concluirmos este estudo, destacar o papel da escola e da comunidade composta por pais, alunos e professores de várias gerações envolvidas no curso de japonês e comparar suas ações em épocas distintas. No pré-guerra as *nihongakêô* – as escolas comunitárias dos núcleos de imigrantes – eram um local destinado não somente para a produção de conhecimento, mas transformavam-se em cenário para discussões de temas do cotidiano e interesse dos moradores da comunidade japonesa. Observamos que os *nikkeis* do fim da década de 1980 “herdaram” este pensamento dos japoneses de primeira geração e mais uma vez levam para a escola as discussões que competem a comunidade escolar através do diálogo e espírito de cooperação; a possibilidade de implantação de um curso de língua japonesa em uma escola pública deve-se também à constituição da comunidade escolar da EEPSP Dr. Fábio Barreto, que enxergou na escola um espaço não somente para a produção e reprodução de conhecimento e práxis, mas um espaço aberto ao diálogo respeitando a formação étnica

⁸A docente atuou junto ao Centro de Estudos de Línguas junto a EEPSP Dr. Fábio Barreto apenas por um semestre letivo de 14 de agosto a 15 de dezembro de 1989.

e histórica da comunidade registrense que mais tarde acarreta na inclusão da língua japonesa nas escolas públicas de São Paulo.

REFERÊNCIAS

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *Centro de Línguas será inaugurado na EEPSP Fábio Barreto. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 11 de fevereiro de 1989.

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *Registro é pioneiro no ensino de idiomas. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 15 de fevereiro de 1989.

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *Registro recebe bandeiras japonesas. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 20 de maio de 1989.

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *Consul do Japão visitará Registro nos dias 30 e 31. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 24 de maio de 1989.

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *Colônia se prepara para receber o cônsul. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 27 de maio de 1989.

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *O Cônsul pretende encurtar os laços de amizade com o vale. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 31 de maio de 1989.

A TRIBUNA DO RIBEIRA. *Diretores de escolas marcam encontro para conhecer o Centro de Línguas. A Tribuna do Ribeira*. Registro, 31 de maio de 1989.

MORIWAKI, R. **O Ensino da Língua Japonesa no Brasil: Seus Fundamentos e Evolução**. In: MORIWAKI, R.; NAKATA, M. *História do Ensino de Língua Japonesa no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2008.

REGISTRO. **Livro de Ata Termo de Abertura para Gravar os Acontecimentos Históricos e Reunião do “C.E.L. – Centro de Estudos de Línguas”, 08 de agosto de 1988**. Registro, 1988.

SANTOS, J. J. **Dimensões da Qualidade Educativa nos centros de estudos de línguas no estado de São Paulo (CEL-SP): Subsídios a Implementação do Ensino de Espanhol nas Escolas Públicas Paulistas**. 2011. 224f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Educação) - São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011.

SÃO PAULO. **Decreto nº 27.270, 10 de agosto de 1987. Dispõe sobre a regularização e criação dos Centros de estudos de Línguas do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1987.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 271, de 20 de novembro de 1987, dispõe sobre o funcionamento e as atividades dos Centros de Estudos de Línguas e dá providências correlatas**. São Paulo, 1987.

SÃO PAULO SHIMBUN. *Sentakukamoku ni nihongo*. São Paulo Shimbun. São Paulo, 15 de março de 1989.

SARNEY, J. **Vinte Anos de Plano Cruzado**. Brasília: Senado Federal, 2006.

SILVA, O. O. **O Centro de Estudos de Línguas (CEL) na história do ensino de língua japonesa nas escolas públicas paulistas**. 2017.178f. Dissertação de Mestrado (Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, F. M. **Espanhol-língua estrangeira para brasileiros: políticas de difusão e formação de professores no Estado de São Paulo**.2009.131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.